

Do tenentismo ao comunismo

JOSÉ ANTONIO SEGATTO

Personagem histórica notável, Luís Carlos Prestes tornou-se um dos mais importantes atores do cenário político brasileiro. Como dirigente revolucionário desempenhou papel marcante no processo político republicano durante longo período (quase setenta anos). Transformado em herói popular, foi aclamado, glorificado e mitificado por correligionários e admiradores; mas por ter se insurgido contra as injustiças e as iniquidades sociais e contestado o poder dominante foi perseguido e reprimido — embora despertasse respeito em muitos adversários e até mesmo em ferrenhos inimigos. Sua biografia confunde-se não só com a história do Brasil do século XX, mas também com a história do Partido Comunista Brasileiro (do qual foi dirigente por décadas) e do movimento comunista internacional. Suas posições e sua atuação, somadas à sua aura de herói e ao fascínio que sempre exerceu em grandes contingentes sociais, dificultaram avaliações sóbrias e com certo rigor histórico sobre sua intervenção política. Elididos os julgamentos ideológicos, tanto os de caráter apologético, como os preconceituosos, é possível um re-exame crítico dos principais momentos e fases protagonizados por Prestes, obviamente sem a pretensão de ser neutro ou isento.

O MITO DO HERÓI

O dramaturgo alemão Bertolt Brecht, numa de suas peças de teatro, coloca na boca de uma de suas personagens (Galileu Galilei) a seguinte frase: “Infeliz a terra que precisa de heróis”.¹ No Brasil, infelizmente, de tempos em tempos são forjados heróis que irão “salvar a pátria”. Com um processo histórico excludente e antidemocrático, os heróis são criados e recriados, tanto pelas classes dominantes como pelas classes subalternas, pela direita e pela esquerda, como forma de substituir a intervenção política organizada. Com uma sociedade civil limitada e a cidadania restringida, o culto ao herói tem espaço propício, ganha configuração e é difundido com facilidade. Colocado, no mais das vezes, acima inclusive das classes e dos interesses coletivos, amesquinha a democracia e subalterniza a vida política.

* Historiador, professor do Departamento de Sociologia da FCL-Unesp, de Araraquara.

Luís Carlos Prestes foi, sem dúvida nenhuma, um desses heróis, talvez um dos maiores deles. Cultuado durante décadas, primeiro como o “Cavaleiro da Esperança” que iria salvar a nação do jugo das oligarquias prepotentes e corruptas e depois como o “grande líder”, que iria guiar o povo brasileiro no caminho da libertação e da redenção.

Construído na década de 20 pelas oposições ao regime oligárquico e com participação importante da imprensa, o mito do herói Luís Carlos Prestes adquiriu proporções inéditas. Abgvar Bastos, procurando explicar o fenômeno, observa:

Depois da Grande Marcha, para todos os brasileiros, Prestes é o herói nacional e popular, num tipo de que tanto se ressentia não só a nossa história, como a nossa literatura [...] Ele encarnava o herói guerreiro libertador, sem símile, pelo fantástico das aventuras e arrojado dos planos. Não se vira coisa igual em audácia, vastidão e glória. A burguesia brasileira, depois do Império e da República, encontrava afinal o ídolo com que sonhara durante o período romântico [...] O que os brasileiros entusiasmados e patriotas viam em Prestes era, acima da personificação de todas as virtudes, o tipo ideal do caudilho, do chefe, do condutor de massas: férreo, frio, intransigente, dinâmico.²

Posteriormente, Prestes já na direção do PCB, e acompanhando a tendência do “culto à personalidade” com muita força no movimento comunista internacional à época do stalinismo, o mito de herói é elevado ao extremo do endeusamento. Jorge Amado, no livro *O Cavaleiro da Esperança*, define Prestes como

Gênio militar e gênio matemático, o primeiro do seu povo, coração de aço, condutor e guia, o primeiro dos operários, o primeiro dos camponeses, o primeiro dos soldados e marinheiros, o primeiro também de outras camadas pobres da população, dos progressistas e patriotas sinceros, foi sempre, em todos os momentos, o mais doce, o mais bondoso, o mais amigo de todos os homens.³

Nem mesmo a grande lucidez de Astrojildo Pereira o livrou do culto ao herói, caracterizando Prestes como “economista, pensador político, sociólogo, teórico do marxismo [...] O homem que melhor e mais profundamente conhece os problemas brasileiros, em seus múltiplos aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais”.⁴ E o poeta Pablo Neruda anotaria em suas memórias: “Herói

militar e político [...] sua verdade e sua legenda ultrapassaram há muito tempo as restrições ideológicas e ele se converteu em uma encarnação viva dos heróis antigos”.⁵

O incentivo ao culto não advinha apenas de intelectuais isolados, mas era induzido, principalmente, pela direção do PCB. Tornou-se norma todos os anos, no dia 3 de janeiro, a comemoração, com toda pompa, entre os comunistas, do aniversário de Prestes. Em alguns momentos, a data chegou a ser mesmo mais importante que o 25 de março (aniversário de fundação do PCB).

Poucos foram os que conseguiram, mesmo no momento de ápice do culto, como Graciliano Ramos, não cair na apologética laudatória, ao escrever que:

Atribuem a Carlos Prestes um papel diversamente considerado neste vivo tempo de exaltações ásperas: ídolo da massa. Isto lhe ocasiona louvores excessivos e objurgatórios às vezes não isentos de algum despeito. Doces panegiristas e detratores amargos concordam num ponto: responsabilizam, pelo menos fingem responsabilizar, essa estranha figura por se haver tornado uma espécie de mito nacional [...] O que sucede a Carlos Prestes ocorre, em maior ou menor grau, a todos os indivíduos forçados a entrar na vida pública. Não os vêem como de fato são: enxergamos através de lentes deformadoras [...] Conseguiria o homem assim crescido eximir-se da grandeza e readquirir o tamanho natural? Pouco provável.⁶

“O CAVALEIRO DA ESPERANÇA”

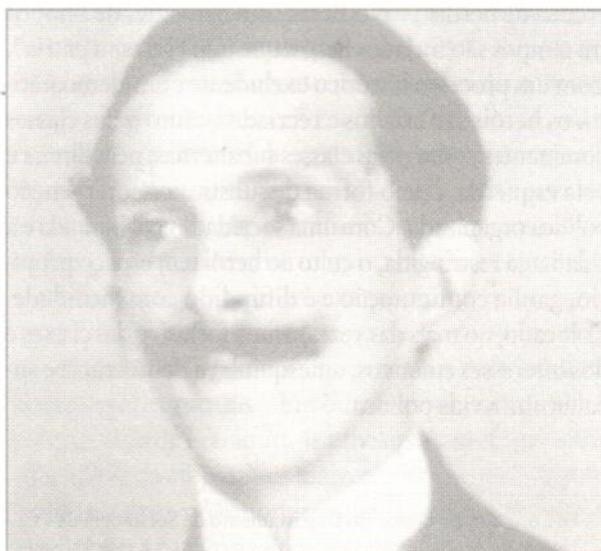
Na segunda metade dos anos 20, no desdobramento dos levantes tenentistas, é que Prestes seria, rapidamente, transformado em herói nacional. Filho de Antônio P. Prestes (oficial do Exército, positivista) e Leocádia F. Prestes (professora primária), nasceu em Porto Alegre em 3-1-1898. Depois de cursar o Colégio e a Escola Militar no Rio de Janeiro, tornou-se engenheiro com a patente de tenente. Tanto na Escola Militar como nas funções que passou a ter no Exército, conviveu e participou, sobretudo nos anos 1920-24, do clima de insatisfação e conspirativo reinante nos quartéis da capital da República e em outras localidades, que propiciariam a criação de um amplo movimento de contestação ao regime vigente.

Ao final da década de 1910, principalmente após o término da Primeira Guerra Mundial, o regime oligárquico dominante na República brasileira começa a dar sinais de fraqueza e decadência. Diversos problemas vêm à tona, denunciando a crise do regime: articulação das oposições

burguesas, manifestações operárias, descontentamento das camadas médias, indignação nos meios militares, dissidências no seio das oligarquias, crise econômica, etc. Sensível às mudanças que operavam na realidade nacional e num ambiente propício à insurgência, a baixa oficialidade do Exército, os “jovens tenentes” em particular, desencadeia na década de 20 ações político-militares na forma de levantes, que passariam para a história com o nome de movimento tenentista.

Personagem histórica notável, Luís Carlos Prestes tornou-se um dos mais importantes atores do cenário político brasileiro. Como dirigente revolucionário desempenhou papel marcante no processo político republicano durante longo período (quase setenta anos).

O primeiro desses movimentos seria desencadeado a 5 de julho de 1922, no Forte de Copacabana, Rio de Janeiro. Dois anos depois (1924) e também a 5 de julho, novo e mais amplo levante toma São Paulo durante 23 dias e espalha-se por outras regiões do país (Mato Grosso, Sergipe, Amazonas, Pará, Rio Grande do Sul). Prestes, que não participou (apesar de presente nas conspirações)



Edgard Leuenroth, anarquista

do levante de 1922 no Rio de Janeiro, por se encontrar doente, em 1924, servindo no Rio Grande do Sul, comanda com outros oficiais a sublevação em diversos quartéis (Santo Ângelo, São Borja, Alegrete, Cachoeira do Sul). E da junção das tropas rebeladas de São Paulo (“Coluna Paulista”) e do Rio Grande do Sul (“Coluna Gaúcha”), forma-se a Coluna Miguel Costa-Prestes, que durante mais de dois anos percorre cerca de 25 mil quilômetros, terminando seu périplo em 1927, quando se interna na Bolívia.

Diversamente de 1922, quando se pronunciam em nome da corporação militar atacada e ofendida, os “tenentes” passam a falar, a partir de 1924, em nome de toda a sociedade, de toda a nação. Por detrás do combate à corrupção e da regeneração da República, visualiza-se já um projeto reformista mais amplo, em consonância com as exigências do desenvolvimento do capitalismo e da revolução burguesa. E ao considerarem o povo incapaz de encaminhar as resoluções dos problemas que o país enfrentava, os “tenentes” apresentam-se como sua vanguarda, como os únicos capazes de “salvar a pátria”.

Nos desdobramentos desses levantes e sobretudo com a repercussão dos feitos e das peripécias da “coluna invicta”, o nome de Prestes passa a ter grande ressonância na opinião pública, aparecendo como o lendário Cavaleiro da Esperança, que viria salvar o país dos desmandos das oligarquias. O “tenentismo” passava a se confundir com o “prestismo”.

Paralelamente, o PCB começa a elaborar, a partir de 1925, uma linha política calcada na aliança com a “pequena burguesia”, representada basicamente pelo “movimento tenentista” e na previsão de uma “terceira revolta” (a primeira em 1922 e a segunda em 1924, con-

tinuada pela guerra de movimento da coluna). Em função disso, em fins de 1927, o secretário-geral do PCB, Astrojildo Pereira, segue para a Bolívia (com alguns livros marxistas na mala) com o fito de estabelecer contatos com Prestes e visando coordenar as “forças em vista de objetivos comuns”. Era, segundo Astrojildo, “o problema político da aliança entre os comunistas e os combatentes da coluna Prestes, ou, em termos mais amplos, entre o proletariado revolucionário sob a influência do PCB e as massas populares, especialmente as massas camponesas, sob a influência da coluna e seu comandante”.⁷ A aliança, porém, não se efetivaria, pelo menos de imediato. Em 1929, Prestes volta a ser procurado, agora em Buenos Aires, por membros da delegação brasileira (Paulo Lacerda e Leôncio Basbaum) presentes na I Conferência Latino-Americana dos Partidos Comunistas, para ser candidato à presidência da República por uma frente única integrada pelo PCB e pelos “tenentes”; mas do novo encontro também não resultou a aliança dos tenentes que seguiam Prestes com os comunistas, pois o programa de ambos conflitava. Tirante algumas dificuldades de entendimento entre o PCB e os “tenentes”, desses encontros veio a aproximação de Prestes com concepções marxistas e o estreitamento de laços do comandante com o Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista.

Nesse momento, no Brasil, forças políticas dissidentes do regime começam a articular com lideranças civis e do “tenentismo” a formação da Aliança Liberal para o lançamento de uma candidatura oposicionista nas eleições de 1930. Getúlio Vargas, candidato aliancista, encontra-se com Prestes por duas vezes (setembro de 1929 e janeiro de 1930) em Porto Alegre tentando convencê-lo a apoiar



Rebeldes do Forte de Copacabana em 5 de julho de 1922

a Aliança Liberal. Diante das desconfianças mútuas e da animosidade de Prestes, o apoio é negado. E logo após a derrota eleitoral em março de 1930, os aliancistas iniciam os preparativos de um movimento político-militar para a conquista do poder. Prestes é novamente procurado e convidado a assumir o comando militar do movimento que teria Getúlio Vargas como chefe civil. A resposta de Prestes é tornada pública através de um manifesto em maio, onde afirma:

A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, o voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição, de moeda estável e outras panacéias nada resolvem, nem podem interessar à grande maioria de nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes.

Afirma que a revolução teria que ser “agrária e antiimperialista” e “só poderá ser levada a efeito pela verdadeira insurreição nacional de todos os trabalhadores”, constituindo “um governo de todos os trabalhadores, baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros [...]”⁸

O posicionamento de Prestes contra a participação no movimento político-militar dirigido pela Aliança Liberal provoca uma fratura nas hostes “tenentistas”. A maioria de seus companheiros de coluna (Juarez Távora, Siqueira Campos, Miguel Costa, João Alberto e muitos outros) já havia se comprometido com o movimento e participava ativamente das conspirações e articulações para a derrubada do governo. Isolando-se dos seus comandados, restam no exílio alguns adeptos, militares e intelectuais, com quem Prestes cria em julho a Liga de Ação Revolucionária – LAR, organização de vida curta e de pequena ressonância política.

As atitudes de Prestes causam indisposição não só nos “tenentes”, como também na direção do PCB, que o acusa de querer substituir o proletariado pela pequena burguesia na direção da luta pela revolução agrária e antiimperialista, considerando a fundação da LAR uma “tentativa de criação de um outro partido confusionista” e Prestes como um adversário perigoso devido a sua popularidade. Embora com posições divergentes, tanto Prestes como o PCB omitem-se de participar do movimento político-militar de outubro de 1930. Para ambos, era um “movimento contra o povo” para “evitar a rebelião das massas”.

Em março de 1931, Prestes lança carta aberta repudi-

ando o “prestismo”, reconhecendo o PCB como dirigente do proletariado. Meses depois (outubro) divulga manifesto autocrítico reafirmando a liderança do PCB na revolução brasileira e parte para a URSS. A transferência de Prestes para Moscou visava não só torná-lo um quadro dirigente da Komintern mas, sobretudo, preparar a revolução no Brasil com o apoio logístico e político da mesma.

Dadas as resistências internas à aceitação de Prestes nas fileiras do PCB, seu ingresso será imposto por cima. A *Classe Operária*, de agosto de 1934, noticia que Prestes, já participando de organismos da IC na URSS, fazia parte da direção do PCB. O ingresso de Prestes no PCB não foi um ato isolado. Nesses anos, o PCB incorporará em suas fileiras muitos militares e ex-militares da “esquerda tenentista”, que ascendem rapidamente a cargos de direção — Miranda, elemento de confiança de Prestes, torna-se secretário-geral do PCB em 1934.

A incorporação desses militares, muitos deles egressos do tenentismo, reforçou no interior do PCB as concepções golpistas e insurrecionais. A revolução deveria ser desencadeada pelos quartéis, caminho mais fácil e rápido. Prestes diria mais tarde, numa entrevista, que “era mais fácil, naquela época, construir o Partido nos quartéis do que nas fábricas”. Lembra ainda: “Fazíamos apenas agitação nos quartéis, revelando a visão golpista que então tínhamos. E agitar um quartel, onde todos têm uma arma na mão, pode levar a uma precipitação”.⁹ Por sua vez, o encontro desses militares com o PCB é facilitado por diversos fatores: além da concepção de revolução como um assalto armado do Estado, ambos tinham raízes na tradição de um certo tipo de jacobinismo republicano e no positivismo — não é demais chamar a atenção para o fato de que o marxismo-leninismo da IC e do PCB estava impregnado de positivismo.

Há que reconhecer, no entanto, que apesar de todos os problemas — políticos, organizacionais, ideológicos — que a incorporação desses militares causou, eles colaboraram efetivamente para tirar o PCB de um certo isolamento político e torná-lo um partido influente na vida política nacional. Isso se refletiria no papel que o PCB desempenhou em 1935, na organização da Aliança Nacional Libertadora. A ANL, que tem Prestes como seu presidente de honra, em poucos meses torna-se um amplo movimento de massas, antifascista e antiimperialista, mas que logo é posto na ilegalidade por “atividade subversiva da ordem política e social”. O pretexto para a ilegalização da ANL foi

a leitura, por Carlos Lacerda, a 5 de julho, de um manifesto de Prestes, em que afirma:

Marchamos [...] rapidamente, à implantação de um governo popular revolucionário, em todo o Brasil [...] A situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se, ativamente, para o assalto [...] A idéia do assalto amadurece na consciência das grandes massas. Cabe aos seus chefes organizá-las e dirigi-las.

Ou seja, a proposta era a derrubada do governo Vargas, através do “assalto” ao Estado e da “entrega de todo o poder à ANL”.

A seguir (novembro), a ANL, reduzida praticamente ao PCB e aos militares prestistas, parte para o aventureirismo golpista por meio de uma quartelada fracassada. Na verdade, a insurreição já vinha sendo preparada há tempos (desde o deslocamento de Prestes para a URSS e avalizada, em outubro de 1934, na III Conferência Comunista da América Latina promovida pela IC em Moscou) e acelera-se com o retorno clandestino de Prestes ao Brasil, assessorado por quadros de confiança da IC, para organizar e desencadear o movimento político-militar. Nos anos posteriores, o PCB e a oposição de uma forma geral sofrerão dura perseguição e violenta repressão; o PCB é praticamente desestruturado — Prestes, preso em 1936, amargaria nove anos nos cárceres da ditadura estadonovista, e sua companheira, Olga Benário, seria entregue pelo governo brasileiro aos nazistas que a assassinariam.

Malgrado o fracasso do levante de novembro de 1935, a incorporação de Prestes,

uma personalidade de grande densidade política, instalou o PCB como ator da crise do processo de modernização. Com ele, a ação do partido vai transcender em muito o reduzido efetivo dos seus quadros, incidindo diretamente no plano da conjuntura, ampliando sua ressonância em segmentos da intelectualidade, nas camadas médias urbanas e na oficialidade militar. Em contrapartida sofre um esvaziamento da presença operária, que, após a derrota do levante militar da ALN, será massivamente incorporada ao sindicalismo corporativo.¹⁰

Nesse sentido, é válida a análise segundo a qual “com Prestes, a partir da ANL, o PCB tornou-se mais ‘popular’ e menos ‘operário’, enquanto a preocupação com os problemas da ‘nação’ predominaram sobre os da ‘classe’. Basicamente, o partido não estaria mais orientado para o ‘proletariado’, mas para todos os ‘patriotas’ e ‘democratas’”.¹¹

“O GRANDE LÍDER”

A partir de 1942, depois de vários anos de ditadura, as forças políticas oposicionistas que propugnavam pela democratização do país começam a se rearticular. Nesse contexto, de lutas pelas liberdades democráticas, o PCB será reorganizado. Desde inícios de 1942, vários grupos comunistas procuram encaminhar sua reorganização, em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Em agosto de 1943, numa reunião clandestina, toma-se a iniciativa de nomear uma direção nacional, com Prestes como secretário-geral ausente (preso). Reconhecida e avalizada por Prestes, a Conferência da Mantiqueira, como ficou conhecida a reunião, impulsiona a reorganização do PCB, com uma política de “união nacional em torno de Vargas e contra o nazi-fascismo”. Da nova direção são excluídos a “velha guarda” comunista ou os pioneiros, como Astrojildo Pereira, Otávio Brandão, Cristiano Cordeiro, Leôncio Basbaum, Heitor Ferreira Lima, Fernando Lacerda e muitos outros. Ascende à direção uma nova geração, em grande medida formada pelos que participaram do levante aliancista de 1935, com razoável presença de ex-militares e civis prestistas.

Em 1945, o PCB, no bojo do processo de redemocratização, conquista a legalidade e transforma-se num grande partido de massas. Passa a ter um percentual eleitoral significativo, cria uma imprensa com diversos jornais diários e revistas periódicas, insere-se nas grandes empresas e no proletariado urbano, conquista a simpatia de extensos setores das camadas médias e da intelectualidade. O mote de sua direção será “um grande partido para um grande líder”. Ou seja, não um grande partido como instrumento organizado dos trabalhadores para transformar a sociedade, mas um grande partido para o grande líder Luís Carlos Prestes.

Prestes, anistiado, sai da cadeia como mártir da ditadura e no auge de sua popularidade. Adota uma postura flexível e generosa, mesmo com relação aos adversários e inimigos. Glorificado e ovacionado em grandes comícios, elege-se senador com expressiva votação e dará o tom da política do PCB: “união nacional, dentro da lei e da ordem, para a consolidação democrática” assentada num “regime republicano, progressista e popular”. Ou ainda: “Estamos convencidos de que dentro de um Parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas”.¹²

O período de legalidade foi, no entanto, curto.

Os reflexos da guerra fria e as pressões da classe dominante colocam o PCB na ilegalidade (maio de 1947). Prestes, cassado junto com os demais parlamentares comunistas (janeiro de 1948), cai na clandestinidade quase absoluta e fica quase nove anos sem freqüentar as reuniões do Comitê Central.

Nesse sentido, é válida a análise segundo a qual “com Prestes, a partir da ANL, o PCB tornou-se mais ‘popular’ e menos ‘operário’, enquanto a preocupação com os problemas da ‘nação’ predominaram sobre os da ‘classe’.

Basicamente, o partido não estaria mais orientado para o ‘proletariado’, mas para todos os ‘patriotas’ e ‘democratas’”.

Jogado na clandestinidade e tendo seus jornais e sedes fechados, seus líderes sindicais e estudantes afastados pelas intervenções, seus parlamentares cassados, seus militantes perseguidos ferozmente, o PCB começa a perceber seus espaços diminuir bruscamente. Nos anos seguintes, isola-se e adota uma política dogmática e sectária, acabando por perder grande parte de sua influência política. Até meados da década de 1950 terá uma vida difícil e problemática, com uma concepção e práticas políticas intransigentes. Sua autocrítica da política de “união nacional” resulta na substituição da luta democrática pelo apelo insurrecional, através da criação de “um exército de libertação nacional”. Essa política ganharia forma no “Manifesto de Agosto de 1950”, do qual Prestes foi um dos principais formuladores. Não por acaso, o “Manifesto” é assinado por Prestes e não pelo PCB e divulgado com o título “Prestes dirige-se ao povo”.¹³ Essa política seria reafirmada no IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954. O programa aprovado caracteriza o Brasil como “apêndice do imperialismo americano” e seu governo de “traição nacional”. Frente a tal quadro, seria necessário substituir o “governo de latifundiários e grandes capitalistas” por um “governo democrático de libertação nacional”, através

de “uma frente única de todas as forças antiimperialistas e antifeudais”, forjada “na luta libertadora”.¹⁴

Essa política, inviabilizada pela realidade, começaria a ser modificada diante dos acontecimentos da conjuntura (suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 e a tentativa golpista de novembro de 1955, além de outros fatos). Já em 1954, logo após a morte de Vargas, Prestes sai a público, propondo a aliança dos comunistas com os trabalhadores em defesa das liberdades democráticas contra o golpismo; em 1955 apoia as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart à presidência e vice-presidência da República, apesar das vacilações — em junho, Prestes, numa entrevista, identifica JK com os interesses do latifúndio e do imperialismo e sua candidatura como síntese “da negociata e da violência a serviço dos monopólios norte-americanos”¹⁵; em agosto revê sua posição, argumentando que a vitória da chapa JK/Jango “poderá determinar importante modificação na correlação de forças políticas, favorável à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil”.¹⁶

Um outro exemplo dessas ambigüidades e sinuosidades políticas aparece com extrema clareza na polêmica entre Prestes e Elias Chaves Neto no início de 1956. Este último, intelectual e militante comunista, em artigo (“Política de união nacional”), proporia que

a defesa da Constituição é [...] o ponto básico de uma política que visa à união de todos os brasileiros para resolver os problemas dos quais depende a nossa prosperidade. E essa defesa interessa a todos os brasileiros que se conservam fiéis aos ideais democráticos da Revolução Francesa, aos quais o mundo deve seu extraordinário progresso do século passado, e fundamentais para o desenvolvimento de nosso país.¹⁷

Prestes, indignado, publica resposta (“É necessário combater e desmascarar os defensores e porta-vozes do nacional-reformismo”), reafirmando a “inevitabilidade da revolução antifeudal e antiimperialista, da substituição do governo de latifundiários e grandes capitalistas por um governo democrático de libertação nacional”.¹⁸

O RENOVADOR

Nos anos 1956-57, o PCB enfrentou uma crise político-ideológica sem precedentes em sua história, fruto dos reflexos do XX Congresso do PCUS, dos seus próprios problemas internos, acumulados durante vários anos e vindos à tona naquele momento, e também de alterações econômicas e políticas na situação nacional.

Três anos após o falecimento de Stálin, em 1956, N. Krushev leu, na abertura do XX Congresso do PCUS, um “relatório secreto” denunciando o “culto à personalidade” e fazendo diversas acusações (autoritarismo, rompimento da “legalidade socialista”, crimes e outras) ao período stalinista. O “Informe” caiu como uma bomba sobre o movimento comunista internacional. No Brasil não foi diferente. Alguns meses após sua divulgação, diante do silêncio e à revelia da direção, os militantes desencadearam o debate na imprensa partidária, com duras críticas ao sectarismo, ao mandonismo, ao dogmatismo, ao culto à personalidade de Prestes, à falta de democracia interna, à política posta em prática, sobretudo depois de 1948. A direção, diante do debate, faz uma autocrítica, reconhecendo os erros cometidos e as deformações do passado. Na medida em que os debates se intensificavam e as divergências se aguçavam, Prestes interveio como mediador e árbitro, no sentido de “restabelecer a ordem”, de assegurar a “unidade partidária” e manter o debate sob controle. Em carta ao jornal *Voz Operária* (24-11-56), Prestes alega que o partido não é um “clube de debates” e as discussões das divergências devem ser encaminhadas pelos organismos partidários e guiadas pelo Comitê Central; que não seriam permitidos ataques ao PCUS e à União Soviética; que “o partido deve constituir um bloco monolítico em que todos os seus membros estejam ligados por uma única vontade, pela unidade de ação e por uma disciplina férrea, voluntariamente aceita”.

Em meio à crise e ao debate, o grupo de dirigentes e militantes que havia iniciado o debate, tendo à frente Agildo Barata, é colocado para fora do PCB. No outro extremo, um grupo que se recusava a fazer autocrítica e resistia às mudanças reivindicadas (João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros) é isolado. E, no centro, uma maioria pragmática que absorve concepções do primeiro, mesclando e conservando algumas antigas, implementa as mudanças renovadoras, capitaneada por Prestes. Mas mesmo fazendo uma renovação conservadora, tanto a autocrítica como a elaboração de uma nova política não se realizaram sem grandes problemas e dificuldades. Um dirigente conta que a “Declaração de março de 1958” foi aprovada pela diferença de apenas um voto, mesmo assim porque foi apresentada na reunião do Comitê Central por Prestes.²⁰ Ainda em março de 1958, Prestes volta à vida legal e publica artigo autocrítico na *Voz Operária* combatendo o sectarismo, o dogmatismo e o golpismo predominantes no PCB.

Essa política ganharia forma no “Manifesto de Agosto de 1950”, do qual Prestes foi um dos principais formuladores. Não por acaso, o “Manifesto” é assinado por Prestes e não pelo PCB e divulgado com o título “Prestes dirige-se ao povo”.¹⁹ Essa política seria reafirmada no IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954. O programa aprovado caracteriza o Brasil como “apêndice do imperialismo americano” e seu governo de “traição nacional”.

Dois anos depois, quando da realização do V Congresso, Prestes voltaria a ter importante papel como mediador das divergências e para garantir certos elementos de renovação na política do PCB. E em 1961, na apresentação do novo projeto de estatutos, mudando o nome do partido e reivindicando a legalidade, Prestes assinava o texto onde dizia que os comunistas

lutam pela democracia e são favoráveis ao pluralismo de partidos que exprimem os diversos interesses e tendências do povo brasileiro [...] Reconhecem os comunistas que o povo brasileiro é herdeiro de um rico patrimônio de tradições liberais. Essas tradições são valores que os comunistas querem enriquecidos para todo o povo e não apenas para as camadas mais afortunadas como, de fato, tem ocorrido em nossa história.²¹

Após o golpe de 1964 e durante a realização do VI Congresso (1967), quando o PCB enfrenta uma acirrada luta interna, Prestes desempenhou importante papel como mediador na garantia de elementos da política renovadora e na aprovação de uma linha calcada na política de frente democrática. Enquanto vários grupos acreditavam que a ditadura só podia ser derrotada pela luta armada (focos guerrilheiros, guerra popular e outras formas de ação insurrecional), o PCB dirigido por Prestes elaborou e colocou em prática a proposta de organização de uma

ampla frente de todos os que se opunham ao regime e que tinham interesses na conquista de liberdades democráticas. Prestes seria claro em suas convicções:

Não será somente com atos de repercussão, sem a participação das massas, que se vencerá a ditadura. Não é fazendo barulho apenas que conseguiremos derrotá-la. Para tanto não bastam nem o dinheiro dos bancos, nem as armas arrancadas dos quartéis ou tomadas aos soldados e policiais, nem a libertação de presos e condenados políticos. Com ações desse tipo, tornam inútil a organização dos trabalhadores, tiram aos operários a vontade de unir-se, de agir de maneira autônoma, desde que dispõem de heróis que podem agir por eles.²²

O processo de renovação, iniciado em 1958 pelo PCB e capitaneado por Prestes, será parcial e baseado na conciliação com as velhas concepções e métodos. Prestes, inclusive, desempenhou bem o papel de mediador na acomodação das divergências e na administração das crises e lutas internas. Nos meses imediatamente anteriores ao golpe de 1964, Prestes conciliaria e até incentivaria as posturas e concepções golpistas vivificadas no interior do PCB. A dubiedade será uma das marcas do mediador. Um outro exemplo disso é a sua posição diante dos acontecimentos de 1968, na Checoslováquia. Em junho escrevia na *Voz Operária*, que naquele país se verificava uma “luta positiva”, necessária porque “a ampliação da democracia socialista [...] se chocava com as tendências conservadoras do Partido e do Estado”. Meses depois, com a invasão dos tanques soviéticos para esmagar a “Primavera de Praga”, Prestes apoia a intervenção, justificando

diante da ameaça ao socialismo em consequência das atividades criminosas de elementos hostis ao socialismo e do enfraquecimento da ditadura do proletariado [...] tornou-se indispensável a intervenção dos partidos irmãos signatários do Pacto de Varsóvia. Os exércitos dos cinco países socialistas aliados, estendendo a mão em ajuda aos povos da Checoslováquia em luta contra as maquinações do imperialismo e dos elementos anti-socialistas, realizam a fraternidade internacional dos povos [...]²³

O DISSIDENTE

No começo da década de 70 (1971), Prestes é deslocado, por motivos de segurança, para a URSS. E nos anos seguintes, até 1975, o que restou da direção do PCB — os que não foram presos ou mortos — também é forçado a sair do país, diante do cerco repressivo. No exterior, divergências latentes no Comitê Central começaram a aflorar e se acirram. Em 1979, beneficiados pela anistia, os

dirigentes comunistas voltam do exílio trazendo consigo suas dissensões — e elas partiam agora de seu próprio secretário-geral, que passa ao conflito aberto e público com a maioria do Comitê Central.

Prestes, em março de 1980, num documento intitulado “Carta aos comunistas”, faz duros ataques à direção do PCB e propõe a mudança da linha política. Alega ser “evidente que o PCB não está exercendo um papel de vanguarda e atravessa uma séria crise”, que “está sendo habilmente aproveitada pela reação no sentido de transformá-lo num partido reformista, desprovido de seu caráter revolucionário [...]” A seguir, afirma ser necessário “reconhecer que a orientação política do PCB está superada e não corresponde à realidade do movimento operário e popular [...]”²⁴

O Comitê Central responde as críticas de Prestes e reafirma a linha política do VI Congresso, argumentando que a política de frente democrática continuava válida como alternativa para derrotar o regime ditatorial. Na mesma reunião, em face das recusas de Prestes em não comparecer às sessões do CC para participar de seus trabalhos e discutir as divergências, foi feita a substituição de Prestes por Giocondo Dias na secretaria geral do PCB.²⁵

As divergências, que acabaram sendo resumidas na luta política entre Prestes e o CC, não se esgotavam na tática (frente democrática x frente popular) a ser seguida ou não pelos comunistas, mas envolviam concepções diversas sobre a organização do PCB e a luta pelo controle do “aparelho” partidário, sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sobre o caráter da revolução e do socialismo, sobre a democracia, etc.

Prestes, muito provavelmente influenciado por sociólogos e economistas soviéticos que, durante a década de 1970, concluíram que na América Latina a introdução do capitalismo monopolista de Estado requeria necessariamente regimes de caráter ditatorial ou fascistas e era incompatível com a democracia, passou a contestar a política do PCB, baseada na centralidade democrática.

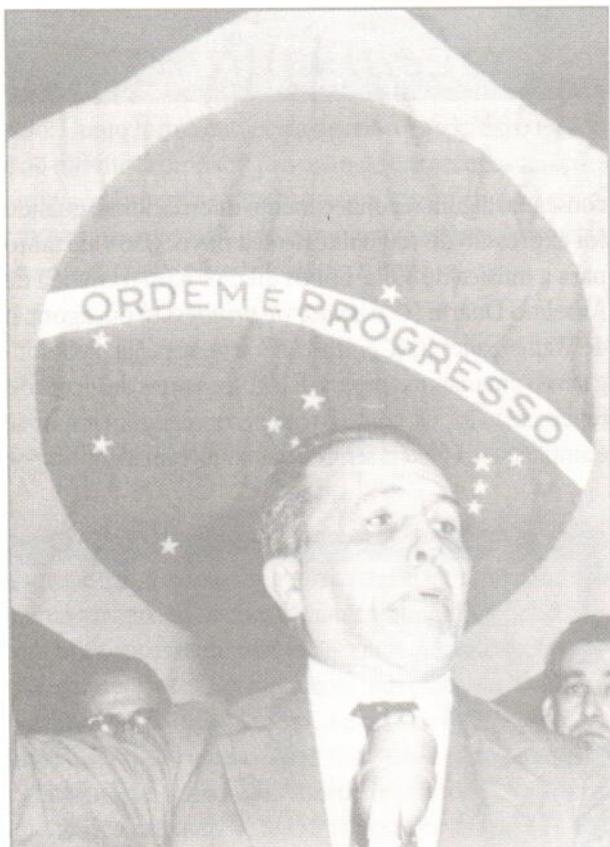
Depois de romper com o PCB, Prestes nos anos 80 tentou uma aproximação com o PT, mas acabou sendo rejeitado. A seguir, ligou-se ao PDT de Leonel Brizola, sendo inclusive eleito seu presidente de honra. E, por ironia da história, terminou seus dias intimamente vinculado àquele que se tornou o herdeiro direto do getulismo, com quem Prestes tanto se debateu e combateu no passado.

A MORTE DO “VELHO”

Luís Carlos Prestes faleceu em 1990, e a morte do velho herói coincidiu justamente com a morte do velho “socialismo real” de modelo stalinista; coincidiu com o fim da era do velho “marxismo-leninismo”, doutrina ou credo na qual o velho herói foi evangelizado e a qual seguiu religiosamente; coincidiu com o fim do velho partido, do qual por tantos anos foi o dirigente máximo e grande líder. Enfim, o velho herói foi enterrado junto com os velhos dogmas, mitos e símbolos do velho movimento comunista, nos quais por muitas décadas acreditou com grande fé e ardor. Mas, apesar disso, é necessário estar atento, pois, como lembrava o velho Marx, “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”.²⁶

NOTAS

- ¹ Bertolt Brecht, *Teatro completo* (2. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, vol. 6), p. 154.
- ² Abguar Bastos, *Prestes e a revolução social* (2. edição. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986), pp. 146 e 161.
- ³ Jorge Amado, *A vida de Luís Carlos Prestes: o Cavaleiro da Esperança* (São Paulo: Martins, 1945), p. 68.
- ⁴ *A Classe Operária*, 21-2-1948.
- ⁵ Pablo Neruda, *Confesso que vivi* (2. edição. São Paulo: Difel, 1970, p. 310.
- ⁶ *A Classe Operária*, 1º-1-1949.
- ⁷ Astrojildo Pereira, *Ensaio histórico e políticos* (São Paulo: Alfa-Omega, 1979), p. 129.
- ⁸ Edgard Carone, *O tenentismo* (São Paulo: Difel, 1975), pp. 348 e 350.
- ⁹ *IstoÉ*, São Paulo, 6-9-1979.
- ¹⁰ Luiz Werneck Vianna, *A transição* (Rio de Janeiro, Revan, 1989), p. 135.
- ¹¹ Leônício Martins Rodrigues, “O PCB: os dirigentes e a organização”, em Bóris Fausto (org.), *História geral da civilização brasileira*, tomo III, vol. 3 (São Paulo, Difel, 1981), p. 371.
- ¹² (Prestes, 1947, p. 86). ***
- ¹³ *Fundamentos*, n. 17, janeiro, 1951.
- ¹⁴ *Problemas*, n. 64, dezembro, 1954.
- ¹⁵ *Problemas*, n. 67, maio-junho, 1955.
- ¹⁶ *Problemas*, n. 69, agosto/setembro, 1955.
- ¹⁷ *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 1, setembro/outubro, 1955.
- ¹⁸ *Voz Operária*, 28-4-1956.
- ¹⁹ *Fundamentos*, n. 17, janeiro de 1951.
- ²⁰ Dinarco Reis, *A luta de classes no Brasil e o PCB*, vol. 1 (São Paulo: Novos Rumos, 1983), p. 132.
- ²¹ Leandro Konder, *A democracia e os comunistas no Brasil* (Rio de Janeiro: Graal, 1980), pp. 109-110.
- ²² *A Voz Operária*, abril, 1969.
- ²³ *A Voz Operária*, outubro, 1968.
- ²⁴ *Em Tempo*, 13 a 16 de abril, 1980.
- ²⁵ *Voz da Unidade*, 22 a 28-5-1980.
- ²⁶ Karl Marx, *O 18 brumário e cartas a Kugelmann* (2. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974), p. 18.



Luís Carlos Prestes

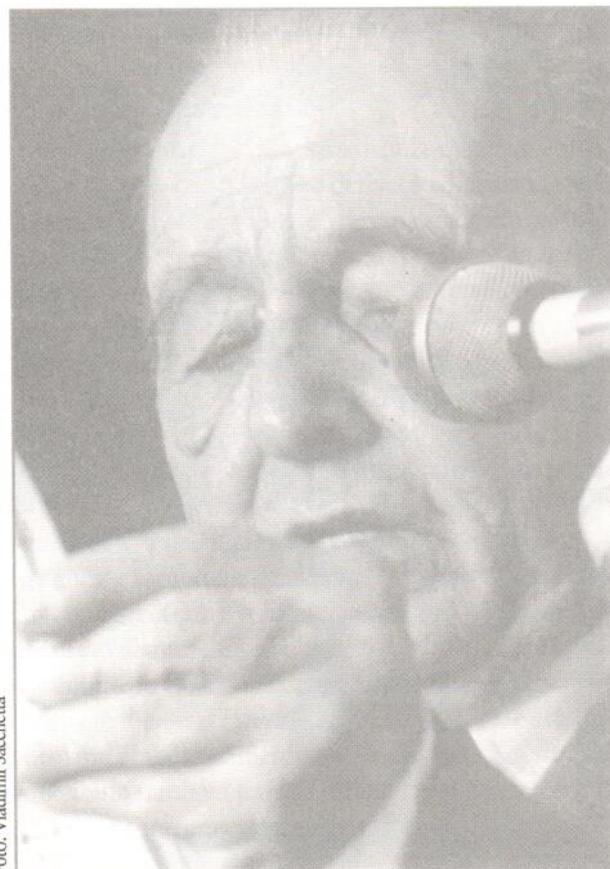


Foto: Vladimir Sacchetta

Luís Carlos Prestes